



O ESTADO NEOLIBERAL E A PROMULGAÇÃO DA EDUCAÇÃO ENQUANTO MERCADORIA

Fábio Luciano Oliveira Costa¹

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, Brasil

Resumo

Este artigo discute a educação em sua relação com o Estado neoliberal brasileiro. Como instituição financiada e/ou regulada pelo Estado, a educação institucionalizada tem atendido a propostas e finalidades específicas de grupos restritos, de caráter mercadológico, direcionadas no campo estrutural, definido principalmente pelas escolas. Nestes espaços, a educação exercida pelos agentes da educação (formuladores de políticas públicas, professores, estudantes, comunidades em geral), promove um ensino que estimula a reprodução das tradicionais regras sociais, mas também atua como válvula para pensar e questionar as desigualdades impostas por tais regras.

Palavras-chave: Estado Neoliberal; Educação; Mercadoria.

THE NEOLIBERAL STATE AND THE PROMULGATION OF EDUCATION AS A COMMODITY

Abstract

This article discusses education in its relation to the neoliberal state in Brazil. As an institution funded and/or regulated by the state, institutionalized education has responded to specific merchandising targeted proposals and purposes by limited groups, oriented in the structural field defined primarily by schools. In these spaces, education pursued by agents of education (policy makers, teachers, students, communities in general), promotes an education that encourages the reproduction of traditional social rules, but also acts as a valve to think and question the inequalities imposed by such rules.

Key words: Neoliberal State; Education; Commodity.

¹ Graduado em História pela UFU (Universidade Federal de Uberlândia). Especialista em Sociologia Política pela UFPR (Universidade Federal do Paraná). Mestrando em Educação pela UNIRIO (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro). fcostaluciano@hotmail.com



O ESTADO NEOLIBERAL E A PROMULGAÇÃO DA EDUCAÇÃO ENQUANTO MERCADORIA

Introdução

Este artigo trata de alguns dos mecanismos que determinam parte das relações entre o poder, Estado e educação, ao levar em consideração a interação da educação enquanto mercadoria, bem como os processos massivos de implementação das políticas neoliberais na área educacional nos últimos vinte anos no Brasil.

A educação institucionalizada representa mais uma das instituições que são determinadas e/ou reguladas pelo Estado brasileiro, em que o poder é movimentado no âmbito do contexto social. O poder processa e transforma as relações com a autoridade política na sociedade, bem como a autoridade política interfere e transforma o poder em sociedade.

Pouco se conhece sobre os processos referentes à tomada de decisões políticas em educação, não se sabe bem (pelo menos para a maior parte do público – considerando-a bem comum de todos) como e quem os dirige, as funções de suas metas, intenções e objetivos, legislações e relações com o todo social, além de seus resultados práticos. Usufrui-se do serviço sem se saber ao certo seus mecanismos de funcionamento e objetivos ideológicos, o que garante a legitimação de medidas políticas nos circuitos de decisão que determinam os parâmetros de sua gestão.

A educação constitui um empreendimento que, pela própria natureza da instituição, remete necessariamente, consciente ou não por parte das pessoas nela envolvidas, num ato político, onde são múltiplas as formas de representação de poder. As escolas, os profissionais da educação, os(as) estudantes e as comunidades em geral deveriam pensar a educação no intuito de desvendar sua função ideológica vigente, para que desta forma pudessem interferir, propor e, sobretudo desfazer seu papel principal de reprodutora cultural, econômica, política e social das relações desiguais de classe em sociedades industrializadas.

Poder, Estado neoliberal e políticas públicas

Poder pode ser entendido como um atributo humano que permite aos indivíduos realizar determinada experiência e formar significações sobre eventuais significados, mediante o uso de variadas formas de violência. Quando pensamos e avaliamos esse conceito nas relações entre as pessoas, na formação social e seus respectivos interesses, detectamos tensões de forças que podem, em muitos casos, gerar violência que não necessariamente é mostrada nestas mesmas relações pelos atores envolvidos, mas que, no entanto existem.

Isto corresponderia ao Poder de Violência Simbólica nas relações sociais de força (BOURDIEU, 2007; BOURDIEU e PASSERON, 1975). Os



mecanismos e artifícios para que esta violência seja imposta mantêm uma relação interdependente entre si, para que seja legitimada como dominante majoritária e por consequência, distribuída de forma desigual em sociedade pelo maior benefício de uns em detrimento de muitos outros, além da sua reprodução de forma a decretar as discrepantes diferenças no acesso a bens materiais e imateriais, por meio da contínua formação social e construção das noções de realidade.

Somente é possível o poder sobre algo que, de acordo com sua própria estrutura, cede ao exercício do poder. Na definição de Weber (1991, p. 33), poder “[...] significa toda probabilidade de impor a própria vontade numa relação social, mesmo contra resistências, seja qual for o fundamento dessa probabilidade”.

A política está intimamente ligada ao poder, pois se preocupa com a distribuição, acumulação, reprodução e consumo de bens materiais e imateriais. As atividades políticas têm atuação em todas as experiências humanas que envolvam o poder, que por sua vez é inseparável do político, pois a uma sociedade não basta ser capaz de tomar decisões e definir suas normas de funcionamento, seus valores, hábitos e códigos sociais, torna-se necessário efetivá-los para que sejam válidos. Isso ocorre dentro de um Estado por meio dos grupos de pessoas nele compreendido, correlacionado com a participação de poder e sua distribuição entre vários Estados.

O poder, no jogo das relações políticas, é produtor da identidade social mais do que de casos de repressão, violência ou coerção. Poder e cultura devem ser vistos como relações econômicas existentes em sociedade, pois poder e controle econômico têm significado poder e controle cultural dentro da tradição histórica (APPLE, 1979).

Pensar o conceito de Estado é pensar as relações entre poder e saber. Por meio da regulação social, o Estado define de forma empírica suas necessidades e possíveis mudanças. Como instituição reguladora das relações sociais, funciona de modo a impor e reproduzir certas significações culturais que determinam diversas formas de violência (materiais e imateriais) necessariamente ligadas à seleção e à exclusão, que reproduzem as relações de força socioculturais.

O Estado constitui alianças de dominação sociais estabelecidas entre as classes ou grupos que têm a capacidade de gerar acordos que de algum modo se refletem no poder público e, ao mesmo tempo, é uma entidade administrativa com regulação própria, um emaranhado de instituições, leis (direitos e deveres), padrões de organização, sobretudo por meio de burocracias que são responsáveis por efetivar esses pactos de dominação e que exigem a subordinação daqueles(as) que nelas estão inseridos(as) (BONAVIDES, 2000; SILVA, 1994).

Mas este controle não é feito de forma mecânica e linear, de modo passivo e sem críticas, subsidiado pelo maior acesso de parcelas populacionais às esferas de poder. O Estado neoliberal, como o caso brasileiro, é um local de conflitos e lutas entre grupos e suas facções. Precisa mediar e conciliar diversos interesses entre grupos aliados aos dos grupos políticos



dominantes, bem como reivindicações contrárias às suas ideologias e práticas administrativas. Deve reunir demandas populares e empresariais num programa que favoreça a intervenção do Estado no processo de acumulação de capitais, na harmonia social e no consenso público.

O Estado é um local de confrontação de projetos políticos. Reflete não só as amarras das lutas sociais, as tensões dos acordos e desacordos das forças sociais, mas também as contradições e dificuldades em estabelecer ações unificadas, coerentes e determinadas em projetos políticos específicos. Toda política pública, mesmo que parte de um projeto de dominação, reflete os mecanismos de tensão e conflito, contradição, acordos e desacordos políticos, às vezes de grande escala, oriundos da sociedade civil.

Apesar das lutas e resistências nas relações sociais pelo acesso ao poder, há uma concentração do mesmo tanto em nível mundial como no interior dos países, em que o Estado atua de forma a legitimar os resultados das políticas públicas, o que tem significado basicamente que a população em geral não participa do processo de tomada de decisão sobre assuntos importantes a ela pertinentes (como educação, saúde, distribuição de recursos, violência e outros), embora seus efeitos mais árduos acabem recaindo sobre a mesma (DOWNS, 1999).

O Estado moderno efetua uma avaliação que define e organiza o espaço público. Para operar com eficiência, o aparato administrativo burocrático do Estado precisou de um saber concreto, específico e mensurável, por meio do qual são desenvolvidas a violência e a dominação. As demandas de informação sobre o ambiente, população, recursos e problemas do Estado vieram a requerer o desenvolvimento de métodos empíricos para planejar, organizar e gerenciar as atividades sociais. O sistema estatal e o sistema político foram modernizados, apareceram novas formas de participação, interpretação, gestão social e melhoras que muitas vezes e quase sempre levam consigo contradições e tensões.

Dois processos semelhantes, no que se refere aos seus resultados modificaram as decisões nos sistemas nacionais, segundo Pfetsch (1998). Um, em que as decisões são tomadas por atores e/ou grupos situados fora dos territórios nacionais (tomadores de decisões internacionais e transnacionais), mas cujos resultados têm necessariamente efeitos importantes sobre as populações nacionais. Outro, em que decisões de Estados nacionais recaem sobre populações de outros países, sem que as mesmas tenham tido participação no processo de formação da vontade e das tomadas de decisões políticas, que têm aumentado graças aos grandes projetos tecnológicos pelas quais são estabelecidas as diferenças e classificações entre países desenvolvidos, em desenvolvimento ou países pobres.

O domínio do Estado tem caráter classista quando construído de modo a proteger o capital tanto de sua própria falsa consciência quanto de uma consciência contrária ao capitalismo (OFFE, 1982). A estrutura de cada sistema institucional-político constitui uma exclusividade consolidada institucionalmente, como um programa de seleção que estabelece premissas e barreiras de ação, inaugurando um espaço de atuação mais ou menos estreito



para a política que é possível de ser feita. Com a preservação da aparência da neutralidade de classe nas mentalidades dos grupos e classes populacionais, há o exercício da dominação de classe.

Na aliança entre o (neo)liberalismo (econômico) e (neo)conservadorismo (político-cultural), o primeiro prega a mínima intervenção do Estado na economia, para que regule as atividades econômicas privadas na menor forma possível e deixe que o mercado aja por livre iniciativa. Novo conservadorismo seria a conservação de hábitos culturais tradicionais, como a família e a moralidade do cidadão burguês, subsidiados pelo preconceito, racismo e pela desigualdade. Os dois fatores se juntam para moldar uma consciência coletiva onde o espaço de discussão e exercício da democracia não consegue a sua realização.

No caso do Estado neoliberal, a responsabilidade da crise, das contradições entre acumulação e legitimação, da ineficiência e do privilégio é atribuída ao setor público, cuja saída para a eficiência, qualidade e equidade é remetida ao mercado. A ideia de Estado mínimo prega em desfazer direitos e conquistas sociais, historicamente adquiridos pela população por meio de árduas lutas, como nos setores da educação, saúde, segurança, previdência, emprego, moradia, transportes públicos, dentre outros. Facções destes e de outros setores têm sido entregues, com maior força nos últimos vinte anos, à lógica das regras de mercado e da iniciativa privada, para a reprodução incessante dos lucros restritos do capital.

Como pacto de dominação e como sistema administrativo autorregulado, o Estado exerce um papel fundamental na mediação das crises do capitalismo, sobretudo nas contradições entre a acumulação e legitimação. As novas atuações do Estado neoliberal refletem uma mudança significativa nas ações dos Estados no Brasil, na América Latina e em outras regiões do mundo.

A educação enquanto mercadoria no Estado neoliberal

Instituição fundamental no processo de consolidação e legitimação das diretrizes e metas dos Estados capitalistas neoliberais contemporâneos, que representa uma dentre as tantas instituições que deles se ramificam, refere-se à educação. A educação institucionalizada é mais um dos mecanismos de normalização e controle que não opera de forma fundamental por meio dos mecanismos de controle social, embora com o controle e a regulamentação estatal.

Uma reflexão crítica da educação ao longo da história mostra que ela é produto das relações sociais estabelecidas entre a humanidade, nas diversas instituições e movimentos sociais, enquanto constituinte e constitutiva dessas relações. A educação é uma prática inerente ao processo de determinação da vida social, em que se alterna no tempo e no espaço em razão das transformações sociais (OLIVEIRA, 2009).

Característica importante do processo relacionado às reformas educacionais, principalmente no século XX em grande parte dos Estados



modernos, refere-se à criação da escolarização de massas. Almejava-se com essa escolarização, que o conhecimento do próprio “eu” e da sociedade daria como resultado uma sociedade melhor e mais justa, em que a individualização do conhecimento como acessível a todos pela educação não estaria limitado ao acesso por parte de uma elite, mas seria compartilhado de forma universal (POPKEWITZ, 1997).

Nas diferentes fases do processo de acumulação capitalista global é que podemos verter o olhar para uma observação da expansão da educação nos territórios das diferenciadas nações, de seu ritmo e a maneira como foi inserida no sistema global junto com seu próprio desenvolvimento histórico.

No estudo e nas subsequentes afirmações colocadas por Olson (1999), os sujeitos racionais focados em seus próprios interesses não agirão para a promoção de interesses comuns ou grupais, mesmo que estes sujeitos façam parte de grandes grupos e que suas ações venham a beneficiar todo o grupo, o que desmistifica uma pressuposição de que grupos agem em interesse próprio porque os indivíduos também o fazem.

Como um dos fortes determinantes das identidades sociais, seja ela estabelecida dentro do esquema empresarial e/ou industrial, ou do estatal, a educação tem pensado e conduzido a formação dos sujeitos ante a lógica da ideologia mercantil em instituições que almejam, mas muitas vezes, não cumprem o papel de preparar o estudante para o mercado de trabalho, que irá atuar como mão de obra barata e que deverá aprender a produzir em maior quantidade nos processos de produção, de forma disciplinada física e moralmente, com exatidão e conhecimento técnico, cumprimento estrito das funções, pontualidade, de cujo esforço maior se apropriará empresários e/ou industriais, ou mesmo o próprio Estado (FRIGOTTO, 2009; GENTILI e FRIGOTTO, 2002; LOMBARDI; SAVIANI; SANFELICE, 2002; SILVA, 1994).

O poder da técnica em sociedade reproduz o poder dos economicamente mais fortes nesta mesma sociedade, pois as tecnologias e o conhecimento são pensados, financiados e produzidos, quase sempre, no intuito de obter lucratividade imediata e futura. Com o ideal de que a educação deve maximizar a distribuição do conhecimento técnico para que as pessoas possam maximizar suas chances no mercado de trabalho, as escolas atuam como elementos importantes no modo de produção de mercadorias da sociedade (sobretudo de pessoas), na divisão social do trabalho, bem como na distinção entre o mental e manual.

O neoliberalismo consegue impor suas políticas antidemocráticas, a partir do momento em que desintegra culturalmente a possibilidade de existência do direito à educação como direito social, além de um aparato institucional que tenda a garantir a concretização de tal direito, firmado pela escola pública.

A educação cria as condições necessárias para ordenar, selecionar e certificar um corpo discente e docente organizado em hierarquias nas escolas, para a legitimação de uma ideologia por méritos e competências indecisas e injustas que, portanto, garantem a necessária recriação da



distribuição da desigualdade. Dessa forma, segundo Torres (2003, p. 273), “[...] o papel, a missão, a ideologia e os modelos de formação de professores, assim como as noções fundamentais do currículo escolar e do conhecimento oficial, são todos profundamente influenciados pela filosofia predominante do Estado”.

Os processos de internacionalização da educação, os Tratados de Livre-Comércio (TLC), a análise de políticas de reformas implementadas nas últimas décadas adquiriram sentido no contexto da nova estrutura de poder internacional, apoiada nas etapas de reestruturação do capitalismo e da globalização. As políticas de reforma educativa das últimas décadas, baseadas no âmbito mais amplo de reforma do Estado, de acordo com o Consenso de Washington, tiveram como algumas de suas características a abertura da economia, privatização de empresas públicas, desregulamentação dos mercados, descentralização, privatização e fragmentação dos serviços sociais públicos, referendadas em encontros promovidos por organismos internacionais, entre outros, tais como a Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jomtien, no ano de 1990, ou em Dakar, no ano de 2000 (GENTILI, 2008).

Para as grandes instituições internacionais, como no caso do Fundo Monetário Internacional (FMI), tem cabido o papel de coordenar as políticas de desenvolvimento e a promoção da estabilidade na balança de pagamento dos países-membros; ao Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) cumpre capitalizar fundos de financiamentos externos para desenvolver projetos prioritários junto a determinados países, em todas as partes do globo, com seus próprios recursos e com outros no mercado financeiro internacional. O BIRD possui um papel de intermediário no diálogo econômico entre os países doadores e beneficiários.

No que diz respeito às condições de financiamento do BIRD, cabe esclarecer que os créditos concedidos à Educação, como frações de créditos econômicos destinadas ao setor educacional, integram a dívida externa do País para com as instituições bilaterais, multilaterais e bancos privados. Embora a política de crédito do Banco se autodenomine “cooperação” ou “assistência técnica”, na verdade, funciona como empréstimos do tipo convencional, tendo em vista os pesados encargos que acarretam e também a rigidez ao processo de financiamento comercial. (FONSECA, 1994, p. 175).

A participação de grandes instituições internacionais ao orientar reformas educacionais em caráter internacional e regional, por meio de crédito financeiro e, principalmente, assistência técnica, tem estabelecido a formação de mercados educativos. Os acordos da Organização Mundial do Comércio (OMC) e os TLC têm apontado os mecanismos que determinam uma educação comercializável, sob os princípios da privatização, competição, eficiência e das regras de mercado (DOURADO, 2002; GENTILI, 2008; VISENTINI, 2006).

Como instituições culturais, econômicas e políticas, as escolas tenderão a refletir os processos de mudança no trabalho, na cultura e na



legitimidade social, além de sofrerem as mesmas críticas que sofrem as demais instituições. A educação acaba por servir como mecanismo importante na dinâmica social para a manutenção das relações existentes de dominação e exploração na sociedade.

As crises pelas quais passam os sistemas educativos constituem apenas um dos reflexos da crise maior pela qual passa o capitalismo mundial. O que faz o neoliberalismo é buscar estabelecer uma consciência de que a crise é algo passageiro e conjuntural, já que estabelece um imaginário de que as únicas relações possíveis são as capitalistas.

A educação tem significado majoritariamente um objeto de consumo individual fora de uma discussão pública e coletiva, pois transforma questões políticas e sociais em questões técnicas. A abordagem do assunto não é feita em torno da transformação constante necessária à humanidade, da injusta distribuição desigual dos recursos produzidos e pela sua excessiva concentração em poucas mãos, mas como um problema de ordem técnica, em que eficácia ou ineficácia são resultados da administração de recursos materiais e simbólicos, cuja solução é remetida para o sucesso individual ou de pequenos grupos, relacionada com a concentração de capitais.

O processo educacional também tem atuado como mecanismo para a formação do consumidor, ficando em segundo plano a construção de um sujeito crítico participante do processo histórico, capaz de construir seu destino e fazer escolhas conscientes e livres. Os dominados, ao pensarem como os dominantes, reforçam sua situação histórica de oprimidos, em que não participam de forma justa da distribuição de poder nas relações sociais, bem como determinam a condição de mando dos dominantes. Ao dominado é possível pensar como dominante, mas não é possível que haja uma sociedade formada apenas por dominantes, e poucos conseguem sair de sua situação de subalternos, como lógica dos princípios organizacionais do sistema capitalista.

Controlar o conhecimento tem permitido aumentar a dominação ideológica sobre as massas populacionais. O papel da escola é de extrema importância para selecionar, preservar e transmitir noções de competências, códigos e valores sociais. O que pode e deve e o que não pode e não deve ser ensinado na escola serve a uma finalidade específica, assim, parcela importante do conteúdo curricular formal é respeitada na forma de consenso.

As competências quase sempre são listagens decididas por algo ou alguém, como ministérios, indústrias/empresas, mercados, levando o indivíduo a não desconstruir as competências determinadas. Não haveria uma produção de conhecimentos, mas um cumprimento de determinações em massa. Se a educação é deslocada do foco sobre justiça ou injustiça, para qualidade ou falta de qualidade, os mais prejudicados são aqueles que sofrem da falta de qualidade e encontram poucas chances de consegui-la, em que predomina o discurso que distorce a realidade, de que a falta de qualidade para as maiorias, deve-se a uma excessiva qualidade para um pequeno percentual de indivíduos (SILVA, 1994).

Quem controla o Estado, controla a organização da cultura e por consequência, do currículo escolar. No currículo estão inseridas diversas



formas de relações sociais e estruturais, por meio de autênticas pautas de comunicação. A transformação do currículo em problemas relacionados à psicologia moderna teve importantes consequências políticas para a organização social das instituições e dos indivíduos, sob a égide universal da organização social capitalista. O currículo acaba por estratificar a sociedade que já se encontra estratificada, e ainda legitima as diferenças sociais posteriores (APPLE, 1979; POPKEWITZ, 1997; SADER e GENTILI, 1995; TORRES, 2002).

Há poucas distinções entre as diretrizes curriculares propostas pelo Estado para cada disciplina e aquelas definidas por professores e equipes pedagógicas nas escolas, que subsidiarão o ensino dos conteúdos em sala de aula, mesmo com as lutas para tentar alterar essa situação de imposição. Os currículos se encaixam junto à proposta neoliberal, adquirindo grande importância quando se busca delimitar como a dominação cultural opera e quais as estratégias para consagrar a reprodução do poder. Nas formas curriculares dominantes encontradas, por exemplo, nos livros didáticos, é que o controle, a resistência e o conflito se desenvolvem.

O currículo pode ser considerado como um terreno de produção e criação simbólica e cultural, que forma sentidos, significados e conceitos. É o combustível de divulgação da estratégia de reforma cultural dominante em direção a âmbitos sociais específicos, destinados a concretizar o processo de construção hegemônica, mediante o apaziguamento de subjetividades de acordo com os interesses e o projeto político global dos grupos de maior acesso ao poder.

Os conhecimentos, valores, regras, recursos e normas de comportamentos definidos pelo currículo oficial configuram, ainda que sempre de maneira contraditória e conflituosa, um mandato de socialização que, ao intervir pedagógica e ideologicamente no indivíduo, o constitui e o habilita instrumentalmente para perceber e atuar em um dado universo significativo.

A reprodução busca a continuidade da ordem vigente, e na escola, reproduzem-se as condições do sistema social mais amplo, por meio de professores treinados para transmitir de forma semelhante ao que receberam; prédios das escolas construídos de forma a garantir a ordem e a disciplina; turmas separadas no sentido de dificultar o intercâmbio criativo e facilitar a dominação; material didático que também enfatiza as condições para a ordem e a disciplina no processo de ensino-aprendizagem; bem como métodos de ensino com demasiada importância na autoridade, com menor discussão sobre a livre pesquisa e os valores coletivos (PILETTI, 1997).

O produto da educação mais reconhecido é o certificado. O diploma vem a representar um bem posicional, cuja posse eleva a posição de uma pessoa, mais do que aumenta sua riqueza ou o transforma enquanto indivíduo. À medida que mais pessoas adquirem um diploma, seu valor cai, e para conseguir melhorar sua posição social ou no mercado de trabalho, torna-se necessário adquirir mais diplomas.

A simples posse de um diploma não tem garantido que seu valor potencial seja realizado, com as diferenças entre as ofertas e as demandas.



Fora de seu mercado educacional, o título acadêmico vale o que seu possuidor valer econômica e socialmente. Pessoas com diferentes origens de classe têm desiguais oportunidades no sucesso educacional e profissional.

Depois de vários anos de escolarização centrados na repetição diária dos mesmos comportamentos, a tendência é continuar repetindo, copiando o que os outros fazem ou mandam fazer. O aluno e a aluna, principalmente aquele e aquela que teve a oportunidade de frequentar a escola pública, sai dela com um saber formado de que há aqueles que mandam e sabem, e outros que obedecem e não sabem, em que fará parte, provavelmente, do segundo grupo.

A escola não é apenas um ambiente de reprodução, em que um conhecimento “explícito” e “implícito” molda as pessoas, estudantes e profissionais da educação, onde todos se encontram aptos a aceitar injustiças. Um número significativo desses indivíduos rejeita e critica a escola, seu conteúdo “intencional” e “sem intenção”. Os estudantes resistem de acordo com suas concepções culturais, mas por meio de resistências contraditórias que tanto sustentam o processo reprodutivo quanto ainda o penetra de forma parcial. Ao rejeitar o mundo da escola, os(as) estudantes rejeitam o trabalho intelectual, que forma algumas das sementes da reprodução (APPLE, 1989; GENTILI, 1994; SANTOS, 2002).

Contudo, esses aspectos da formação ideológica ultrapassam as esferas da educação institucionalizada, bem como as fronteiras dos territórios nacionais, constituindo-se nos moldes das relações de produção capitalistas em escala mundial (ROSAR e KRAWCZYK, 2001).

As ideologias que subsidiam o crescimento do conhecimento técnico e administrativo não são sempre utilizadas com sucesso, de uma imposição direta do controle. A escola como aparelho produtivo e reprodutivo deve ser vista de acordo com as pressões exercidas sobre ela, em que podemos encontrar uma parte relativamente autônoma que consegue proporcionar a possibilidade de uma luta transformadora, mas que não chega a desestruturar a hegemonia que organiza significados e práticas de acordo com valores e ações que são vividos no cotidiano.

Mesmo com um discurso incorporado nos ambientes educacionais de que a educação está estritamente relacionada com mercados de trabalho em nível mundial, com a aquisição de conhecimentos técnicos para o exercício de profissões futuras dentro dos processos de produção capitalistas, o índice de aproveitamento e entendimento dos estudantes quanto a tais conhecimentos ensinados nas escolas durante boa parte de sua trajetória escolar é estritamente baixo, sobretudo em crianças provenientes de grupos minoritários em países como o Brasil, que são marginalizadas de forma cultural, social e étnica, as quais apresentam rendimentos escolares inferiores à média de crianças de grupos culturalmente dominantes. A pobreza é tratada nas escolas de variadas maneiras e representa um mecanismo de avaliação importante para definir o que constitui o êxito no sistema educacional (CANDAU, 2002; CONNELL, 1994).



A Escola é uma instituição de reprodução da cultura legítima que determina os modos precisos de imposição e da inculcação da cultura escolar junto a classes sociais que tem a função de medir a eficiência da comunicação pedagógica, cujo resultado é a distância da cultura escolar com as disposições dos estudantes de diferentes classes sociais em reconhecê-la e adquiri-la. (BOURDIEU e PASSERON, 1975, p. 113).

Boa parte dos conteúdos curriculares nas escolas acaba por não ter relação direta com o exercício das profissões futuras dos indivíduos, o conhecimento aparece como algo desconexo quando relacionado com a realidade cotidiana dos(as) educandos(as), o que invalida também um discurso de eficiência quando nos referimos a uma educação mercadológica. Quer dizer, quando é enfatizada a excessiva promulgação de uma educação estritamente relacionada às questões econômicas, mesmo o seu sucesso apresenta grandes entraves pela falta de uma melhor compreensão dos métodos de ensino tradicionais.

Considerações finais

A educação não cumpre a função utópica de proporcionar à maioria dos indivíduos melhorias nas suas condições de vida e de se tornar bem comum para uma mudança de paradigma que busque a reconstrução da sociedade, o equilíbrio ambiental e a transformação de Seres Humanos que possam pensar e intervir de forma crítica sobre as realidades no mundo que definem as suas existências, transformando-o com justiça social.

Com o objetivo central na educação institucionalizada, os mecanismos sociais complexos necessariamente exigem que venhamos a perceber sua ligação com as outras instituições sociais, com o indivíduo e com os outros grupos de indivíduos, de forma a buscar maior equilíbrio nas relações de poder. Se por um lado foi enfatizado o papel da educação como mais uma instituição reprodutora das condições sociais que promulgam as discrepantes desigualdades sociais, por outro, como também foi dito, a educação e os espaços escolares são tidos como possibilidades de transformação crítica do indivíduo e da sociedade.

Como forma de intervenção no mundo, a compreensão da realidade existente não somente é uma condição necessária para mudá-la, mas é um grande passo para realizar uma reconstrução da ética, da estética, da metafísica, dos fenômenos materiais e de uma economia adequada. Consciência e mundo estão necessariamente unidos.



Referências

APPLE, Michael. **Educação e poder**. Trad. M. C. Monteiro. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989, 208p.

APPLE, Michael. **Ideologia e currículo**. Trad. C. E. F. Carvalho. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979, 288p.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência política**. 10^a. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2000, 627p.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad. F. Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, 328p.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**. Trad. R. Bairão. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A., 1975, 239p.

CANDAU, Vera Maria. (org). **Sociedade, educação e cultura(s)**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, 255p.

CONNELL, Robert W. Pobreza e educação. In: GENTILI, Pablo. (Org.). **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. Trad. Thurler, V. P.; Silva, T. T. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1994, p. 11-42.

DOURADO, Luiz Fernando. Reforma do Estado e as políticas para a educação superior no Brasil nos anos 90. **Educ. Soc.**, vol. 23, nº 80, Campinas, set. 2002, p. 234-252. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302002008000012>>. Acesso em: 17 nov. 2009.

DOWNS, Anthony. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999, 333p.

FONSECA, Marília. O Banco Mundial e a Educação: reflexões sobre o caso brasileiro. In: GENTILI, Pablo. (Org.). **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. Trad. Thurler, V. P.; Silva, T. T. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1994, p. 169-195.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Política e gestão educacional na contemporaneidade. In: FERREIRA, Eliza Bartolozzi; OLIVEIRA, Dalila Andrade (Orgs.). **Crise da escola e políticas educativas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p. 65-80.

GENTILI, Pablo. Adeus à escola pública. In: GENTILI, Pablo (Org.). **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. Trad. Thurler, V. P.; Silva, T. T. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1994.



GENTILI, Pablo. **Desencanto e utopia: a educação no labirinto de novos tempos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, 158p.

GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). **A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho**. São Paulo: Cortez Editora; [Buenos Aires, Argentina]: CLACSO, 2002, 279p.

GENTILI, Pablo; SILVA, Tomaz Tadeu da. (Orgs). **Neoliberalismo, qualidade total e educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994, 204p.

LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luís (Orgs.). **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas, SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2002, 163p.

OFFE, Claus. **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1982, 386 p.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Política educativa, crise da escola e a promoção de justiça social. In: FERREIRA, Eliza Bartolozzi; OLIVEIRA, Dalila Andrade (Orgs). **Crise da escola e políticas educativas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p. 17-32.

OLSON, Mancur. **A lógica da ação coletiva: bens públicos e a lógica da teoria dos grupos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999, 208p.

PFETSCH, Frank Richard. Capacidade de atuar e legitimação do Estado democrático de direito na era da globalização. **Rev. Bras. Polít. Int.**, vol. 41, nº 2, Brasília, July/Dec. 1998, p.102-117. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73291998000200006>>. Acesso em: 17 nov. 2009.

PILETTI, Nelson. **Sociologia da educação**. São Paulo: Editora Ática, 1997, 176p.

POPKEWITZ, Thomas. **Sociología política de las reformas educativas**. Trad. P. Manzano. Madrid: Fundación Paidéia e Ediciones Morata, 1997, 295p.

ROSAR, Maria de Fátima Felix; KRAWCZYK, Nora Rut. Diferenças da homogeneidade: elementos para o estudo da política educacional em alguns países da América Latina. **Educ. Soc.**, vol. 22, nº 75, Campinas, ago. 2001, p.33-47. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302001000200004>>. Acesso em: 05 jan. 2011.

SADER, Emir; GENTILI, Pablo. (Orgs). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, 205p.



SANTOS, Luciola Licínio. Políticas públicas para o ensino fundamental: parâmetros curriculares nacionais e sistema nacional de avaliação (SAEB). **Educ. Soc.**, vol. 23, nº 80, Campinas, set. 2002, p. 346-367. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302002008000017>>. Acesso em: 30 out. 2009.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A “nova” direita e as transformações na pedagogia da política e na política da pedagogia. In: GENTILI, Pablo; SILVA, Tomaz Tadeu da. (Orgs). **Neoliberalismo, qualidade total e educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994, p. 9-30.

TORRES, Carlos Alberto. **Sociologia política da educação**. Trad. S. T. Valenzuela. São Paulo: Cortez Editora, 2002, 104p.

TORRES, Carlos Alberto. **Teoria crítica e sociologia política da educação**. Trad. M. J. A. Ferreira. São Paulo: Cortez Editora: Instituto Paulo Freire, 2003, 320p.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes. **Reforma do estado no Brasil (1995-1998): o plano diretor da Reforma do aparelho do Estado**. 213 p. Dissertação (Curso de Pós-Graduação em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Trad. Barbosa, R. & Barbosa, K. E. Volume I, Brasília: UNB, 1991, 424p.

Enviado em: 20/02/2011

Aceito em: 13/03/2012